





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM UNIDADE DE SUPERVISÃO SETORIAL DE CONTROLE INTERNO

**PARECER Nº 020 / 2015 – USSCI/GMB.** 

O Sr. JESSÉ DIAS FONSECA, Guarda Municipal, Classe IV, Matricula nº 1881043-018, responsável pelo Controle Interno da Guarda Municipal de Belém, nomeado nos termos da Portaria nº 906 / 13 de 22 de Outubro de 2013, declara, para os devidos fins, junto ao tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º do artigo 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo nº 0218 / 2015 -NUSP/GMB – Referente a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 033/SAD/2014 – MENOR PREÇO POR ITEM - DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº. 001/SAD/2014 (Processo nº. 450.598/2013/SAD) - TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE BOTA MOTOCICLISTA, para atender o grupamento RONDAC, firmado com a EMPRESA PALMILHADOS BOOTS INDÚSTTRIA E COMÉRCIO LTDA, com base nas regras insculpidas na Lei nº. 8666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido Processo se encontra: (...X...) Revestido de todas as formalidades legais, tais como a solicitação expressa do setor interessado, com a exposição da necessidade e descrição clara e sucinta do objeto (exigência do princípio da motivação dos atos administrativos e art. 38, caput da Lei 8.666/93), (fls. 01); autorização da autoridade competente para a abertura do processo administrativo quanto a formalização dos tramites necessários, objetivando a aquisição dos produtos supra mencionados (exigência do art. 38, caput da Lei 8.666/93), (fls. 03); adesão ao procedimento expedido pelo Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Administração -SAD (Artigo 22, § 1º do Decreto nº. 7.892), (fls.79, 95, 96 e 97); ata de registro de preços nº. 033/2014 (fls. 169 a 193); a indicação de recursos orçamentários para fazer face a despesa (exigência dos artigos 7°, § 2°, III e 38, caput da Lei 8.666/93 ( fls. 222 a 224): e a manifestação favorável por parte do NSJ/GMB através do parecer jurídico nº. 0138/2015, admitindo-se o prosseguimento as demais fases processuais (exigência do art. 38, VI da Lei 8.666/93 c/c artigo 9º da Lei nº.







10.520/2002), (fls.236 a 237). Ante o exposto, o referido processo encontra-se com inexistência de não conformidade, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

(.....) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer do Controle Interno, encaminhado como anexo;

(.....) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no parecer do Controle Interno, encaminhado como anexo;

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

Belém, 25 de Maio de 2015.

Assinatura:...

Responsável pelo Controle Interno: JESSÉ DIAS FONSECA.

Matricula: 1881043-018

Coordenador do Controle Interno/GI